

## **INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS CONSELHOS DE CLASSE ESCOLARES: uma revisão do estado da arte**

### INTEGRACIÓN DE TECNOLOGÍAS DIGITALES EN LOS CONSEJOS DE CLASE ESCOLARES: una revisión del estado del arte

### INTEGRATION OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN SCHOOL CLASS COUNCILS: a state of the art

Alfeu José Feldmann<sup>1</sup> 

Marineiva Moro Campos de Oliveira<sup>2</sup> 

#### **Resumo**

Este artigo apresenta um estudo de revisão do tipo Estado da Arte, com o objetivo de compreender o uso de tecnologias digitais para a realização de Conselhos de Classe Escolares. A pesquisa se baseia na análise de produções acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, publicadas entre 2013 e 2023. O estudo investigou a integração de tecnologias digitais em Conselhos de Classe, visando identificar padrões, lacunas e novas perspectivas para aprimorar as práticas educacionais. A metodologia adotada inclui a análise de conteúdo, seguindo a técnica categorial de Laurence Bardin (2016). Os resultados indicam que a adoção de tecnologias digitais pode mitigar barreiras à participação estudantil, promover a colaboração entre membros do conselho e introduzir práticas inovadoras. Além disso, destaca-se a escassez de produções acadêmicas sobre o tema, evidenciando a necessidade de mais pesquisas. Este estudo contribui para o desenvolvimento de estratégias que promovam uma integração mais eficiente e qualitativa da tecnologia no ambiente escolar, beneficiando professores, gestores e acadêmicos na condução de futuras pesquisas e práticas educacionais.

**Palavras-chave:** Tecnologias Digitais. Conselho de Classe. Inovação Educacional.

#### **Resumen**

Este artículo presenta un estudio de revisión de tipo Estado del Arte, con el objetivo de comprender el uso de tecnologías digitales para la realización de Consejos de Clase escolares. La investigación se basa en el análisis de producciones académicas disponibles en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES, publicadas entre 2013 y 2023. El estudio investigó la integración de tecnologías digitales en los Consejos de Clase, con el propósito de

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Joaçaba. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [profealfeu@gmail.com](mailto:profealfeu@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [marineiva.oliveira@unoesc.edu.br](mailto:marineiva.oliveira@unoesc.edu.br)

#### **Como referenciar este artigo:**

FELDMANN, Alfeu José; OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de. INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS CONSELHOS DE CLASSE ESCOLARES: uma revisão do estado da arte. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8109, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8109>

identificar padrões, vacíos y nuevas perspectivas para mejorar las prácticas educativas. La metodología adoptada incluye el análisis de contenido, siguiendo la técnica categorial de Laurence Bardin (2016). Los resultados indican que la adopción de tecnologías digitales puede mitigar barreras a la participación estudiantil, promover la colaboración entre los miembros del consejo e introducir prácticas innovadoras. Asimismo, se destaca la escasez de producciones académicas sobre el tema, lo que evidencia la necesidad de más investigaciones. Este estudio contribuye al desarrollo de estrategias que promuevan una integración más eficiente y de mayor calidad de la tecnología en el entorno escolar, beneficiando a profesores, gestores y académicos en la conducción de futuras investigaciones y prácticas educativas.

**Palabras clave:** Tecnologías Digitales. Consejo de Clase. Innovación Educativa.

### **Abstract**

This article presents a state-of-the-art review that aims to understand the use of digital technologies for conducting School Class Councils. The research is based on an analysis of academic works available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, published between 2013 and 2023. The study investigated the integration of digital technologies into Class Councils, seeking to identify patterns, gaps, and new perspectives to enhance educational practices. The adopted methodology includes content analysis, following Laurence Bardin's (2016) categorical technique. The results indicate that adopting digital technologies can mitigate barriers to student participation, foster collaboration among council members, and introduce innovative practices. Furthermore, the scarcity of academic publications on the topic stands out, underscoring the need for further research. This study contributes to the development of strategies that promote a more efficient and higher-quality integration of technology in the school environment, benefiting teachers, administrators, and scholars in future research and educational practice.

**Keywords:** Digital Technologies. Class Council. Educational Innovation.

### **Introdução**

Neste estudo, assume-se que, no cenário atual de crescente digitalização, a integração de tecnologias ao ambiente educacional é tratada como um eixo estratégico para qualificar processos pedagógicos e de gestão, e não apenas como tendência. De acordo com Giongo e Neuenfeldt (2024, p. 3), "a escola precisa olhar para as potencialidades das tecnologias digitais para o ensino e abordá-las pedagogicamente." A transição para o digital, contudo, tem sido gradual e, em alguns casos, hesitante. Almeida *et al.* (2014, p. 72) observam que, "embora o ambiente escolar esteja se adaptando a este mundo novo, a adoção da tecnologia ainda é realizada de forma cautelosa, indicando uma adesão parcial às inovações tecnológicas no setor educacional". Sem pretensão de esgotar causas, e como se verá nos resultados desta revisão, emergem nos diagnósticos e relatos analisados

fatores recorrentes — resistências institucionais, limitações de infraestrutura e necessidades formativas — que ajudam a explicar tal cautela.

Além disso, “com a popularização das tecnologias e a sua inserção cada vez mais intensa na vida cotidiana das pessoas, a escola precisa levar em conta essa realidade para oferecer um ensino atualizado e de qualidade” (Giongo e Neuenfeldt, 2024, p. 5). Nesse contexto, ganha relevância que as políticas educacionais acompanhem essas mudanças, ajustando práticas e instrumentos de gestão escolar às novas demandas tecnológicas e sociais.

Destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996, que, ainda em vigor, expressa as reivindicações dos movimentos da sociedade civil organizada em busca da maior participação social e política, com a repercussão na organização e no funcionamento da escola e de seus espaços (Nadal, 2012).

Os Conselhos de Classe Escolares (CCE) são tomados, neste artigo, como instâncias centrais de deliberação pedagógica e de promoção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo. À luz da concepção apresentada na Seção 1, entende-se que sua efetividade depende da integração de informações relevantes e de processos decisórios apoiados em evidências, para o que as tecnologias digitais oferecem ferramentas de coleta, organização, análise e visualização de dados. Kamakawa (2018) sugere que, apesar das dificuldades enfrentadas nos procedimentos do CCE, a utilização de um *software* poderia ser benéfica. Contudo, a investigação realizada em seus estudos não encontrou soluções que atendam adequadamente às necessidades do CCE, o que leva muitas instituições de ensino a dependerem de planilhas eletrônicas e arquivos de texto para armazenar dados.

Este artigo tem por objetivo compreender o uso de tecnologias digitais na realização dos CCE nas escolas. Especificamente, objetivou-se mapear e analisar as pesquisas acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicadas entre 2013 e 2023, que tratam do uso de tecnologias digitais nos CCE.

O estudo proposto poderá apresentar grande contribuição para a área da educação, ao fornecer uma compreensão atualizada do uso de tecnologias digitais

nos CCE. Mais precisamente, por meio do mapeamento e análise de práticas existentes relacionadas ao uso de tais tecnologias, essa pesquisa possibilitará a identificação de padrões, lacunas e novas perspectivas para melhorar e desenvolver práticas educacionais suportadas por tecnologias.

Além disso, ao apresentar uma visão detalhada sobre o uso de tecnologias digitais nos conselhos de classe escolares, o estudo será de grande ajuda para professores, setores pedagógicos, gestores escolares e acadêmicos na condução de futuras pesquisas. Ele contribuirá para o desenvolvimento de planos viáveis que promovam uma integração mais qualitativa e eficiente da tecnologia no contexto escolar. Dessa forma, este estudo não apenas enriquece o *corpus* de conhecimento existente, mas também aprimora a prática educacional, promovendo a integração das tecnologias digitais no ambiente escolar.

## **1 Tecnologia e inovação nos conselhos de classe escolares**

Inicialmente, assume-se aqui a concepção de Conselhos de Classe Escolares (CCE), como “um órgão colegiado de gestão que, dentro da organização do trabalho pedagógico, configura-se como espaço que possibilita a análise do desempenho do aluno e da própria escola de forma coletiva” (Nonato, 2018, p. 49). Nessa perspectiva, os CCE também se inserem no horizonte da gestão democrática, com ênfase em participação, transparência e corresponsabilização nas decisões pedagógicas.

Partindo da definição acima, considera-se que “[...] cabe ao espaço do conselho de classe avaliar o que já foi feito, não só o educando, mas também a prática do educador.” (Dias, 2020, p. 36). Essa avaliação é fundamental para garantir a qualidade do ensino e promover a melhoria contínua das práticas pedagógicas. A avaliação da prática do educador possibilita uma reflexão crítica sobre o processo de ensino e aprendizagem, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento. Quando sustentada por evidências acessíveis aos participantes, essa avaliação reduz assimetrias informacionais e qualifica a deliberação coletiva.

Os primeiros estudos sobre os CCE despertaram o interesse em compreender melhor os significados desse colegiado e a sua prática. Como já apontado por Jesus

(2019, p. 14), “os estudos acerca do conselho de classe ainda são escassos”. Essa carência bibliográfica se soma ao fato de que as políticas foram “vagas em termos de definição acerca de como o conselho de classe deveria se estabelecer” (Nadal, 2012, p. 203), o que ajuda a explicar por que a literatura não apresenta procedimentos concretos para orientar o CCE e, não raro, o conselho “atua de modo burocrático” (Nadal, 2012, p. 199). Tal lacuna teórico-metodológica justifica a presente revisão do tipo Estado da Arte e reforça a necessidade de explicitar “como” integrar tecnologias aos CCE (modelos e condições), e não apenas “se” elas contribuem.

É importante ter presente que o surgimento dos CCE no Brasil é recente. Sobre a contextualização histórica dos CCE, Oliveira (2018, p. 12) menciona: “Os estudos históricos apontam que os Conselhos de Classes surgiram na França, em meados de 1945, pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais.” O mesmo autor ainda destaca: “Essa experiência foi trazida ao Brasil por educadores brasileiros que foram estagiários em Sèvres, em 1958.” (Oliveira, 2008, p. 13). Entretanto, os “Conselhos de Classes só foram instituídos no Brasil a partir da Lei 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus” (Oliveira, 2008, p. 13). Posteriormente, a LDB nº 9.394/1996 consolidou o princípio da gestão democrática na educação básica, orientando a participação de diferentes segmentos nos processos decisórios da escola, o que inclui os CCE.

A respeito das tendências emergentes na educação contemporânea, compactua-se com as observações de Fava (2016) sobre a transição progressiva e multifacetada para a chamada Educação 3.0. Este novo paradigma educacional, segundo Fava (2016), caracteriza-se pela adoção de metodologias inovadoras de ensino, estilos de aprendizagem diversificados e uma maior ênfase na interatividade e na colaboração entre pares. A Educação 3.0 não se limita apenas ao uso de tecnologias, mas engloba uma mudança de mentalidade na abordagem educacional, focando no desenvolvimento de habilidades para o século XXI, como a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico. Nesse quadro, inovação educacional não se reduz à simples substituição de rotinas por ferramentas digitais: implica reconfigurar fluxos de informação, papéis e tempos escolares para qualificar a deliberação nos CCE.

Nesse horizonte, para além do uso instrumental, é pertinente mobilizar correntes teóricas contemporâneas de integração pedagógico-tecnológica, como o TPACK (Conhecimento Tecnológico-Pedagógico do Conteúdo), que sistematiza a articulação entre conhecimentos de conteúdo, pedagógicos e tecnológicos na formação e na prática docente (Ribeiro; Piedade, 2021), e o SAMR, que organiza a integração das tecnologias em quatro níveis (substituição, aumento, modificação e redefinição) para qualificar e escalar a inovação pedagógica (Kucharski; Cortelazzo, 2024).

De igual modo, a integração tecnológica nos CCE deve observar princípios de governança e ética de dados — com destaque para a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e orientações internacionais sobre transparência, participação e explicabilidade no uso de tecnologias digitais na educação — de forma a apoiar decisões pedagógicas sem produzir novas assimetrias de participação ou opacidade analítica (Brasil, 2018a; UNESCO, 2024).

Nesse contexto, é possível compreender que os CCE podem ser aprimorados e enriquecidos com diversos recursos emergentes no cenário educativo, como a inserção de tecnologias em sua realização. Partindo do entendimento de que o CCE é um “grupo colegiado formado por alunos, pais, professores e gestores escolares” (Sena Neto; Tavares; Santos, 2022, p. 54), é relevante promover articulação entre esses segmentos escolares. Várias tecnologias têm o potencial de promover essa articulação. Conforme o CIEB, “a tecnologia deve ser utilizada para melhoria contínua dos processos administrativos e para análise dos dados sistematizados que apoiam as tomadas de decisões administrativas e pedagógicas” (CIEB, 2022, p. 28). Assim, a integração de diferentes perspectivas dentro do CCE oferece uma visão holística do desempenho dos estudantes e das práticas pedagógicas, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes para o desenvolvimento educacional.

Kamakawa (2018) aponta que as soluções tecnológicas existentes para os procedimentos do CCE são insuficientes. Essas soluções não coletam dados estruturados do processo de ensino e aprendizagem, apresentam apenas relatórios de notas sem informações detalhadas, e não compartilham dados com a equipe pedagógica. Além disso, elas não favorecem a análise em tempo hábil para ações de apoio aos estudantes, carecem de recursos para orientação e encaminhamento, não

incentivam a reflexão pedagógica coletiva, não registram informações suficientes para avaliar estudantes com rendimento insuficiente, e não permitem a análise de dados quantitativos e qualitativos nem o retorno de informações aos pais ou responsáveis.

Diante disso, reforça-se que a adoção de tecnologias nos CCE precisa vir acompanhada de procedimentos claros de uso de dados (curadoria, interpretação e registro de encaminhamentos), mecanismos de devolutiva acessíveis a estudantes e famílias e critérios de explicabilidade das análises, como condições para que a inovação tecnológica contribua para a justiça procedimental e a melhoria contínua (Brasil, 2018a; UNESCO, 2024).

Frente a essas limitações, sobressai a necessidade de soluções que consolidem informações acadêmicas e socioemocionais de forma compreensível, apoiem a leitura formativa de dados e garantam devolutivas claras a estudantes e famílias, observando princípios de governança e proteção de dados, bem como acessibilidade.

A incorporação de tecnologias digitais aos CCE pode impulsionar essas reuniões, tornando-as mais interativas e colaborativas. Segundo o CIEB, as tecnologias digitais “transformam os processos de gestão (dando transparência aos dados sistematizados) e [...] apoiam as tomadas de decisões administrativas e pedagógicas” (CIEB, 2021, p. 19).

Quando conectadas em rede, as tecnologias digitais permitem “registro, análise de dados, planejamento [...] e transparência nos resultados da escola” (CIEB, 2021, p. 19). Nesse sentido, plataformas digitais, software de gestão educacional e ferramentas de comunicação favorecem a coleta de dados, a análise do desempenho dos estudantes e decisões mais informadas, pois “a tecnologia deve ser utilizada [...] para análise dos dados sistematizados que apoiam as tomadas de decisões administrativas e pedagógicas” (CIEB, 2022, p. 29).

Além disso, essa integração “incentiva práticas pedagógicas inovadoras, a colaboração e formação por pares na escola.” (CIEB, 2021, p. 19) e é “capaz de envolver os(as) estudantes em discussões, na participação e na construção de ambientes seguros, críticos e responsáveis” (CIEB, 2021, p. 21), contribuindo para

uma gestão escolar mais democrática e eficiente.

Na seção de Resultados e Discussão, os achados desta revisão serão confrontados com essas lentes teóricas (TPACK/SAMR) e com as diretrizes de governança e uso pedagógico de dados, indicando convergências, tensões e condições de efetividade para os CCE.

Ao final do artigo, apresentam-se recomendações operacionais para redes e escolas (protocolos para CCE digitais, formação para leitura crítica de dados, infraestrutura e devolutivas), de modo a orientar políticas e programas institucionais.

## **2 Metodologia**

Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa; como procedimento técnico, realizou-se uma revisão do tipo Estado da Arte de natureza bibliográfica, mapeando produções acadêmicas publicadas entre 2013 e 2023, nas bases e repositórios descritos adiante (Romanowski e Ens, 2006; Cruz e Ferreira, 2023). A pesquisa do tipo Estado da Arte, de acordo com Cruz e Ferreira (2023, p. 9), "busca responder a questionamentos que procuram entender pontos específicos, como as abordagens e metodologias mais comuns, onde determinado tipo de pesquisa está sendo produzido, bem como os temas mais frequentes entre as produções."

A revisão do tipo Estado da Arte permite um mapeamento abrangente das produções acadêmicas existentes, identificando tendências e lacunas no campo investigado. Além disso, a análise empregada para examinar essas publicações possibilita a compreensão das discussões sobre a integração de tecnologias digitais no ambiente educacional, especificamente em relação aos CCE.

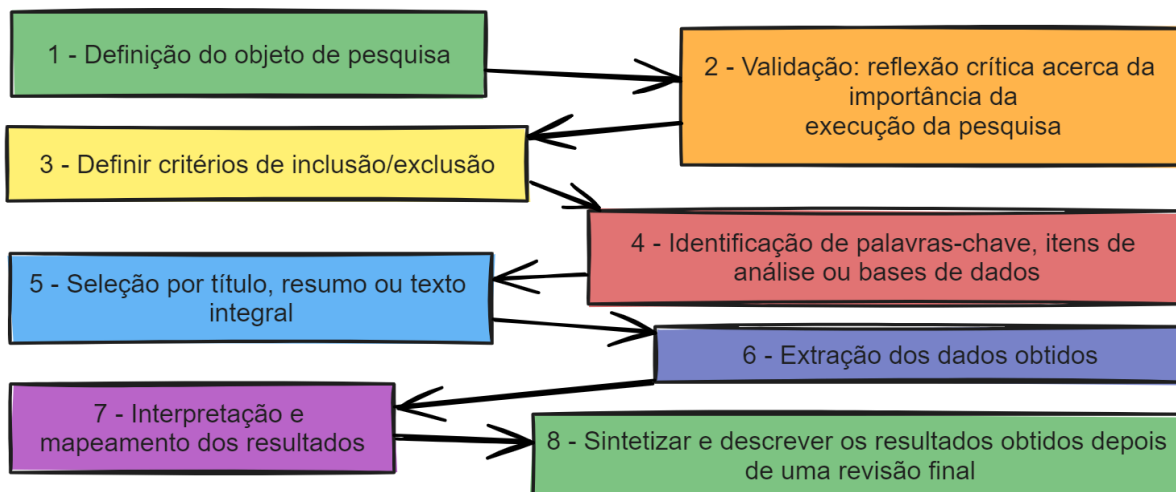
Dessa maneira, ao abordar as características das pesquisas do tipo Estado da Arte, Cruz e Ferreira (2023, p. 9) afirmam: "São várias as características que dão importância ao Estado da Arte, sobretudo detalhar a evolução das pesquisas, identificando contradições, referencial teórico, integração de perspectivas diferentes ou opostas, e até mesmo temas que são emergentes." Assim, neste estudo, a opção pela abordagem qualitativa articula-se ao procedimento técnico de revisão do tipo Estado da Arte, justamente para sintetizar e problematizar o conhecimento disponível



sobre o uso de tecnologias digitais em CCE.

No que se refere ao percurso metodológico, a pesquisa seguiu as etapas apresentadas por Cruz e Ferreira (2023), adaptadas ao presente estudo e sintetizadas no fluxograma da Figura 1.

**Figura 1** - Fluxograma das etapas do Estado da Arte

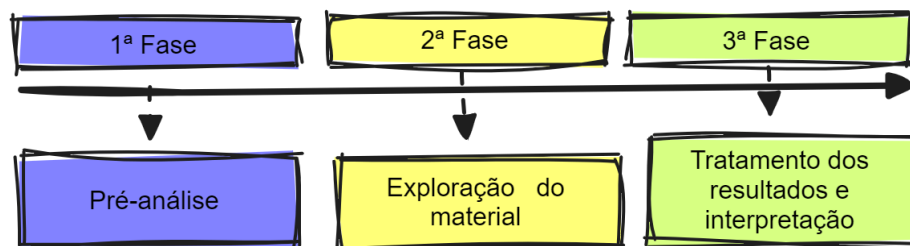


Fonte: Adaptação feita pelos autores (2024) de fluxograma apresentado por Cruz e Ferreira (2023, p. 10).

A Figura 1 sintetiza as oito etapas do Estado da Arte seguidas nesta pesquisa e evidencia seu caráter iterativo. No nosso percurso: (i) definimos/validamos o objeto (integração de tecnologias digitais nos CCE, 2013–2023); (ii) estabelecemos critérios de inclusão/exclusão e palavras-chave/bases; (iii) realizamos triagem por título, resumo e, quando necessário, texto integral; (iv) efetuamos extração padronizada e análise de conteúdo (Bardin, 2016), concluindo com a síntese das evidências, lacunas e tendências.

É inerente à pesquisa do tipo Estado da Arte proceder com uma análise meticulosa do conteúdo dos dados coletados. Para essa análise, utilizou-se a técnica de análise categorial, fundamentada na perspectiva de Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin. Bardin (2016, p. 15) define essa técnica como: “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” Essa técnica foi estruturada em três etapas, conforme mostrado na Figura 2:

**Figura 2** - Representação das fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir dos estudos de Bardin (2016).

A figura sintetiza as três fases da Análise de Conteúdo adotada: na pré-análise, delimitamos o corpus (2013–2023), realizamos leitura flutuante e definimos categorias iniciais; na exploração do material, codificamos os textos e extraímos os dados em matriz; no tratamento e interpretação, agregamos categorias, produzimos inferências e sistematizamos padrões, contradições e lacunas que embasam os resultados desta revisão.

Com o objeto de pesquisa previamente definido (integração de tecnologias digitais nos CCE), esta etapa dedicou-se ao refinamento desse objeto à luz do mapeamento do Estado da Arte, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão para a constituição do corpus, em consonância com a 3ª etapa do percurso metodológico apresentado na Figura 1.

Para a inclusão, foram selecionadas produções acadêmicas que abordassem o uso de tecnologias digitais em diversos contextos educacionais, com foco nos resultados relacionados aos CCE, sempre levando em conta o período definido para essa pesquisa.

Como critério de inclusão, delimitou-se o período de 2013 a 2023, para assegurar a relevância e a atualidade das informações. A escolha do recorte temporal foi estratégica, reconhecendo que, na última década (2013-2023), e especialmente após a experiência pandêmica, as plataformas digitais ganharam uma difusão significativa em diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Essa expansão justifica o interesse em investigar uma variedade de estudos sobre o tema, considerando sua importância substancial. Foram excluídos estudos fora do intervalo

temporal, trabalhos sem relação direta com processos colegiados/CCE ou sem interface tecnológica, duplicatas e materiais sem texto integral.

A aplicação desses critérios assegurou a consistência do corpus e o alinhamento aos objetivos do estudo, permitindo uma compreensão atualizada sobre o uso de tecnologias digitais nos CCE e seu potencial impacto no processo educativo.

A base de dados, juntamente com os termos utilizados no levantamento bibliográfico visando a composição do *corpus* da pesquisa, em conformidade com a quarta etapa da pesquisa do tipo Estado da Arte, foi estabelecida a partir das produções acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Optou-se por essa base por se tratar de repositório consolidado e amplamente utilizado na área.

A definição dos termos e do operador foi alinhada ao objeto central do estudo – integração de tecnologias digitais em CCE – assegurando que a pesquisa fosse tanto abrangente quanto focada. A estratégia combinou o descritor “Conselho de Classe” com termos da interface tecnologia–educação e avaliação, por meio do operador AND (ex.: “plataforma AND Conselho de Classe”), abrangendo os seguintes termos: Conselho de Classe, Tecnologias digitais, Plataformas digitais, *Software*, Sistema, Tecnologia educacional, Avaliação escolar, Educação básica, Inovação pedagógica, Processos avaliativos, Ferramentas digitais, Práticas pedagógicas digitais, Administração escolar digital.

Para garantir precisão e relevância, aplicaram-se filtros: (i) temporal (2013–2023); e (ii) por área/grande área (Educação, Multidisciplinar, Ciências Sociais Aplicadas e Engenharia/Tecnologia/Gestão), concentrando os resultados em estudos aderentes ao tema.

A busca na base de dados foi realizada em 16 de junho de 2024. Os resultados obtidos, bem como os termos e operador utilizados, constam na Tabela 1:

**Tabela 1** – Consultas com retorno na busca<sup>3</sup>

Termos e operador <i>AND</i>	Sem Filtros	Com Filtros
Conselho de Classe <i>AND</i> Sistema	26	8

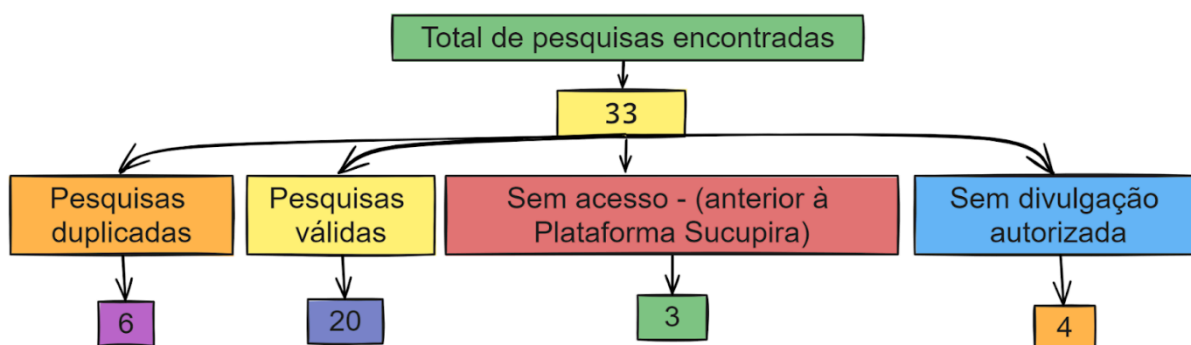
<sup>3</sup> Consultas sem retorno após filtros foram descartadas nas análises; duplicatas também foram suprimidas.

Conselho de Classe AND Software	2	0
Conselho de Classe AND Tecnologias digitais	1	0
Conselho de Classe AND Plataformas digitais	2	0
Conselho de Classe AND Plataforma	1	1
Conselho de Classe AND Avaliação escolar	9	3
Conselho de Classe AND Educação básica	13	4
Conselho de Classe AND Inovação pedagógica	0	1
Conselho de Classe AND Processos avaliativos	8	0
Tecnologia AND Conselho de Classe	24	16
TOTAL	86	33

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Em seguida, procedeu-se à identificação de publicações duplicadas e à verificação de acesso aos documentos listados nos resultados filtrados. O panorama dessa triagem está apresentado na Figura 3.

**Figura 3** - Primeira avaliação dos resultados apresentados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Como evidenciado na Figura 3, restaram 20 produções acadêmicas válidas para a etapa seguinte; dessas, 19 são dissertações e 1 é tese.

Na sequência, deu-se início à Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com a fase de pré-análise: o material foi identificado por código alfanumérico (D1...D19 para dissertações; T1 para a tese). Como destaca Bardin (2016, p. 125), "a pré-análise é a primeira fase da Análise de Conteúdo, é o momento da organização do material sobre o qual o pesquisador irá sistematizar as ideias preliminares, é um momento de intuições." Em seguida, realizou-se leitura flutuante das seções de resumo e introdução, pois, de acordo com Bardin (2016, p. 126), durante a leitura flutuante o

pesquisador tem contato com a leitura, “deixando-se invadir por impressões e orientações.” A partir dessas etapas, definiu-se o corpus final. O resultado dessa seleção está na Figura 4.

**Figura 4** - Seleção final do corpus (7 dissertações e 1 tese)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O *corpus* da pesquisa pode ser acessado a partir da Tabela 2:

**Tabela 2:** *Corpus* da pesquisa

Título do trabalho	Produção	Link de Acesso	Ano da Publicação
Desenvolvimento de uma plataforma computacional para o planejamento do conselho de classe de uma instituição de ensino	Dissertação	<a href="https://bit.ly/45DII7z">https://bit.ly/45DII7z</a>	2018
Organização e funcionamento do conselho de classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio	Dissertação	<a href="https://bit.ly/4eAWQx3">https://bit.ly/4eAWQx3</a>	2020
Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de Informática do IFRN – Campus Caicó	Dissertação	<a href="https://bit.ly/3XzFScK">https://bit.ly/3XzFScK</a>	2018
Guia teórico e prático para execução do conselho de classe na educação profissional e tecnológica	Dissertação	<a href="https://bit.ly/3VEfQSG">https://bit.ly/3VEfQSG</a>	2020
Conselho de classe e participação estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Aracati: possibilidades e limites	Dissertação	<a href="https://bit.ly/3VzS2zq">https://bit.ly/3VzS2zq</a>	2021
Conselho de classe no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica	Dissertação	<a href="https://bit.ly/3KXAdFM">https://bit.ly/3KXAdFM</a>	2023
Além do ver e escutar: vozes estudantis nos conselhos de classe do IFS – Campus Lagarto	Dissertação	<a href="https://bit.ly/3XzM09l">https://bit.ly/3XzM09l</a>	2021

O conselho de classe do IFRN – Campus Caicó: lócus de formação continuada de professores	Tese	<a href="https://bit.ly/4bhXf4S">https://bit.ly/4bhXf4S</a>	2022
--	------	---	------

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Após a definição do *corpus* de análise, a pesquisa seguiu para a sua sexta etapa, definida como Extração dos Dados Obtidos. Nessa etapa da pesquisa, avançou-se para a segunda fase da análise de conteúdo, denominada como: Exploração do Material. De acordo com Bardin (2016), a fase de exploração do material envolve a transformação dos dados em unidades de análise significativas, criando códigos que representam conceitos importantes, os quais podem ser atribuídos de forma aberta ou fechada durante a codificação.

Para a realização da codificação foi utilizado o *software* de análise de dados qualitativos Atlas.ti, no qual foi possível iniciar o processo de codificação por meio de inteligência artificial. Os resultados fornecidos pela inteligência artificial embutida no *software* foram posteriormente revisados pelos pesquisadores, mantendo a codificação adequada aos propósitos dessa pesquisa.

### 3 Análise de dados

Identificada como a sétima etapa da pesquisa, a interpretação e o mapeamento dos resultados, juntamente com a terceira fase da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), deu início à análise dos dados obtidos. Para qualificar a interpretação, a leitura dos códigos e categorias foi ancorada nas lentes discutidas na seção 1 (inovação pedagógica e gestão democrática — TPACK/SAMR; Paro; Lück — e diretrizes de uso pedagógico de dados — CIEB; BNCC; LGPD; UNESCO), de modo a sustentar a conversa entre achados e literatura. O processo de codificação resultou em 53 citações, das quais 15 códigos foram analisados e agrupados por semelhança semântica, originando categorias. Neste item, as quatro categorias de maior incidência são apresentadas com breve interlocução teórica e indicação de implicações para a prática.

As categorias emergiram a partir da interpretação dos pesquisadores, permitindo identificar o Estado da Arte da produção científica em relação ao uso de tecnologias digitais na realização de CCE no período de 2013 a 2023.

A seguir, é apresentado o quadro 1 que contém elementos textuais retirados das considerações finais da tese e dissertações utilizadas na criação das categorias. Para facilitar a leitura, também indicamos, em cada categoria, o vínculo com os referenciais mobilizados na seção teórica. A análise dos dados revelou quatro códigos com maior incidência e semelhança semântica: a) CCE - Sem participação de alunos; b) CCE - Compreende participação coletiva; c) CCE - Falta inovação; e d) Eficácia das tecnologias digitais. Na sequência, cada categoria é apresentada com sua síntese, evidências ilustrativas e breve discussão com a literatura. No Quadro 1, apresentam-se as categorias que emergiram a partir dos códigos analisados.

**Quadro 1:** Alguns resultados apontados nas pesquisas para justificar o uso de Tecnologias Digitais na realização de Conselhos de Classe Escolares

CATEGORIAS	TESES E DISSERTAÇÕES
CCE - Sem participação de alunos	Quantidade de incidência que o código teve: 13
"O que se pretende com elas é contribuir com o campus para que essa participação seja verdadeiramente alcançada, não somente por meio da abertura dos canais para a participação estudantil, mas oferecendo aos alunos condições concretas de efetivá-la, constituindo-se, portanto, prerrogativa para a implementação de uma gestão que se diz verdadeiramente democrática."	D12, p. 110
"Por isso, o Conselho de Classe não deve ser um 'tribunal sem o réu', no sentido de que o discente precisa estar presente em todas as deliberações"	D11, p. 91
CCE - Compreende Participação Coletiva	Quantidade de incidência que o código teve: 12
"Nesse campo de entendimento, os conselhos de classe se mostraram um lugar seguro para reflexões e autorreflexões que reverberem em práticas docentes mais alinhadas às	T1, p. 152

demandas sociais e políticas da qual a escola não pode se furtrar. Seguro pelo fato de ser constituído por uma variedade de profissionais com formações distintas e objetivos em comum, a educação”	
“Esse aspecto aponta para possibilidades de participação mediada por via remota, onde os pais teriam maiores possibilidades de participar virtualmente, o que ficou presente durante as reuniões do conselho na pandemia.”	T1, p. 149
CCE - falta inovação	Quantidade de incidência que o código teve: 10
“Há uma fragilidade na efetivação das etapas apresentadas no ROD e descritas no documento Referência. Ainda é preciso avançar na compreensão sobre o Conselho e a sua importância para o processo educacional realizado pela escola.”	D14, p. 85
“(…) busquei trazer possibilidades de permitir um novo olhar e fazer pedagógico relativo à realização dos Conselhos de Classe.”	D11, p. 93
Uso de tecnologias digitais para CCE	Quantidade de incidência que o código teve: 10
“(…) as planilhas já utilizadas nos anos anteriores, foram modificadas e transformadas em planilhas de acompanhamento contínuo. Esta ferramenta que, antes, tinha a função de registrar os dados trimestralmente para as reuniões de Conselho de Classe, atualmente, estão sendo aprimoradas de forma que concentrem os dados de cada turma, durante os três anos de curso, possibilitando o acompanhamento permanente do estudante e da turma. Essa base de dados permite aos docentes e a equipe pedagógica uma visão do todo, para reflexão da sua prática pedagógica e planejamento de futuras ações.”	D13, p. 54
“Com a apresentação das informações do PEA na reunião do CCE, os professores não precisaram relatar os fatos ocorridos no trimestre, pois estavam expostos no projetor, poupando tempo e permitindo a visão ampla do que ocorreu com o aluno durante o trimestre, e assim, tomar decisões embasadas em registros com fundamento acadêmico.”	D1, p.103

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).



A análise dos dados do Quadro 1 revela quatro categorias principais sobre o uso de tecnologias digitais nos CCE entre 2013 e 2023: ausência de participação dos alunos, participação coletiva, falta de inovação e eficácia das tecnologias digitais. À luz dos referenciais mobilizados na seção teórica, estas categorias são discutidas com base em gestão democrática (Paro, 2016; Lück, 2017), diretrizes de uso pedagógico de dados (CIEB, 2021; CIEB, 2022) e competências da BNCC (BRASIL, 2018b), além do enquadramento de maturidade de uso tecnológico (SAMR) presente na literatura recente (Kucharski e Cortelazzo, 2024).

Primeiramente, a ausência de participação dos alunos nos CCE é uma questão recorrente, com 13 incidências destacadas. Fragmentos dos textos indicam que, apesar dos esforços para abrir canais de participação estudantil, essa participação ainda não se concretiza de maneira efetiva. Por exemplo, a citação de D12, p. 110, enfatiza a necessidade de criar condições concretas para a participação estudantil como prerrogativa para uma gestão democrática. Outro exemplo é D11, p. 91, que critica a falta de presença discente nas deliberações do CCE, comparando o conselho a um tribunal sem o réu. Isso reflete uma lacuna significativa na inclusão dos alunos no processo de tomada de decisão, que poderia ser mitigada com o uso de tecnologias digitais, as quais poderiam facilitar a comunicação e a participação dos alunos de forma remota e assíncrona, como por meio de formulários previamente elaborados.

Esse movimento é coerente com a defesa da participação efetiva de todos os segmentos nos processos decisórios (Paro, 2016), com a Competência Geral 5 da BNCC sobre uso crítico e ético de tecnologias (Brasil, 2018b) e com as orientações do CIEB para transparência e análise de dados que apoiem decisões pedagógicas (CIEB, 2021; CIEB, 2022).

Em segundo lugar, a categoria de participação coletiva destaca a importância da colaboração para um CCE eficaz, com 12 incidências. T1, p. 152, ressalta que os conselhos são locais seguros para reflexões e práticas docentes alinhadas às demandas sociais e políticas, constituídos por profissionais de diferentes formações com objetivos comuns. T1, p. 149, menciona a possibilidade de participação remota dos pais, observada durante a pandemia, sugerindo que as tecnologias digitais

podem mediar e aumentar a participação coletiva. A inclusão de tecnologias digitais pode, portanto, promover uma maior interatividade e colaboração entre todos os membros do CCE, criando um ambiente mais dinâmico e inclusivo.

Do ponto de vista da gestão escolar, tal dinâmica está alinhada à gestão participativa (Lück, 2017) e a usos tecnológicos que ultrapassem a mera substituição de rotinas, aproximando-se de níveis de modificação/redefinição no sentido do SAMR (Kucharski e Cortelazzo, 2024), quando há pauta orientada por dados e devolutivas sistemáticas (CIEB, 2021).

A terceira categoria, a falta de inovação nos CCE, destaca 10 incidências. D14, p. 85, aponta fragilidades na efetivação das etapas do processo educacional e a necessidade de uma maior compreensão sobre a importância do CCE. D11, p. 93, sugere a necessidade de um novo olhar pedagógico para a realização dos conselhos. A implementação de tecnologias digitais é vista como uma possível contribuidora para sanar essas deficiências, proporcionando novas metodologias e práticas inovadoras que podem revitalizar os CCE e torná-los mais relevantes para o contexto educacional atual.

Os achados indicam prevalência de usos substitutivos (p. ex., planilhas isoladas), sinalizando a necessidade de desenhar processos que modifiquem/redefinam práticas — integração de evidências no pré-conselho, mediação colaborativa durante a reunião e registro/devolutivas no pós-conselho — conforme recomendações nacionais sobre uso de dados para decisão pedagógica (CIEB, 2022) e salvaguardas de governança (LGPD) quando houver dados pessoais (Brasil, 2018a).

Por fim, a categoria sobre a eficácia das tecnologias digitais para os CCE, com 10 incidências, enfatiza os benefícios dessas ferramentas. D13, p. 54, menciona o uso de planilhas de acompanhamento contínuo que permitem uma visão abrangente do desempenho dos alunos ao longo do curso, facilitando o planejamento pedagógico. D1, p. 103, destaca a economia de tempo proporcionada pela apresentação de dados em projetores durante as reuniões do CCE, permitindo decisões embasadas em registros acadêmicos. Essas práticas demonstram como as tecnologias digitais podem melhorar a eficiência dos conselhos, oferecendo

ferramentas para a coleta e análise de dados que informam melhor o processo decisório.

Esse padrão é consistente com o CIEB ao indicar que a tecnologia deve apoiar a análise de dados e as tomadas de decisão pedagógicas (CIEB, 2021; CIEB, 2022), desde que acompanhada de devolutivas claras e acessibilidade às evidências para todos os participantes.

Além da análise das categorias que emergiram a partir do estudo do *corpus* da pesquisa, foi construído um diagrama de co-ocorrências. A análise das co-ocorrências entre diferentes códigos utilizados na pesquisa sobre o uso de tecnologias digitais nos CCE revela padrões importantes que destacam a relevância das tecnologias para a melhoria das deficiências existentes nesses conselhos. A representação das co-ocorrências pode ser observada no diagrama de Sankey mostrado na Figura 5:

**Figura 5** - Diagrama de Sankey revelando as co-ocorrências dos códigos



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O diagrama de Sankey apresentado evidencia visualmente as principais relações entre os diferentes aspectos analisados. A co-ocorrência entre CCE -

Compreende Participação Coletiva e Dinamização do CCE sugere que a participação coletiva é essencial para dinamizar os CCE. A presença de uma participação coletiva compreendida facilita processos mais dinâmicos e interativos, promovendo a eficácia dos conselhos. Esta relação destaca como a tecnologia pode facilitar e enriquecer a participação coletiva, essencial para o funcionamento eficaz dos conselhos, ao proporcionar ferramentas de comunicação colaborativa, como fóruns *online* e plataformas de videoconferência, que permitem a participação ativa de todos os membros. Tal associação converge com a literatura de gestão participativa (Lück, 2017) e com orientações para desenho de interações mediadas por dados e colaboração (CIEB, 2021).

A significativa co-ocorrência entre CCE - falta de inovação e CCE - Não cumpre seu papel indica que a falta de inovação nos CCE está fortemente associada à percepção de que eles não estão cumprindo seus objetivos. A inovação é um fator crítico para que os conselhos sejam eficazes e relevantes. A introdução de tecnologias digitais pode fornecer as ferramentas necessárias para inovar nos métodos e práticas, ajudando os conselhos a cumprirem melhor seu papel através da utilização de softwares de gestão educacional que automatizam processos burocráticos, permitindo que o foco esteja na resolução de problemas e na melhoria do aprendizado dos alunos.

A ausência de participação dos alunos nos CCE está correlacionada com a percepção de que os conselhos não estão cumprindo seu papel, conforme indicado pela co-ocorrência entre CCE - Sem participação de alunos e CCE - Não cumpre seu papel. Isso reflete a importância de incluir os alunos nos processos decisórios para melhorar a eficácia e a relevância dos conselhos. As tecnologias digitais podem oferecer plataformas que facilitem a participação dos alunos, tornando os processos mais inclusivos e democráticos ao permitir que os alunos contribuam com feedbacks através de questionários online e participem de reuniões virtuais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Essa inclusão dialoga com a BNCC (Brasil, 2018b) e com o princípio de corresponsabilização na gestão democrática (Paro, 2016), desde que acompanhada de salvaguardas para tratamento de dados pessoais (Brasil, 2018a).

A co-ocorrência entre TD: Uso de tecnologias digitais e Aceitação por parte dos profissionais revela que o uso de tecnologias digitais está intimamente ligado à aceitação dessas tecnologias pelos profissionais. A aceitação é crucial para a implementação bem-sucedida das tecnologias digitais nos CCE. É necessário um esforço contínuo de formação e adaptação dos profissionais para que as tecnologias sejam plenamente integradas e aceitas no ambiente escolar. Isso pode ser alcançado através de programas de capacitação e desenvolvimento profissional que ensinem os educadores a utilizarem ferramentas digitais de forma eficaz, garantindo que eles se sintam confiantes e competentes no uso dessas tecnologias.

Tais ações formativas são coerentes com a literatura nacional sobre gestão participativa (Lück, 2017) e com a orientação do CIEB para desenvolvimento de capacidades e uso pedagógico de dados (CIEB, 2021).

A relação entre TD: Uso de tecnologias digitais e Dinamização do CCE sugere que as tecnologias digitais podem contribuir para dinamizar os CCE. As tecnologias digitais facilitam a comunicação e a interação, tornando os conselhos mais eficientes e produtivos. Este aspecto é fundamental para transformar os conselhos em espaços mais dinâmicos e interativos, ao implementar plataformas de gestão colaborativa que permitem o acompanhamento em tempo real das atividades e decisões, facilitando a transparência e o engajamento de todos os participantes. Esse resultado é compatível com a diretriz de usar tecnologia para análise e tomada de decisão pedagógica com transparência (CIEB, 2022) e com a busca por níveis superiores de integração tecnológica (SAMR) quando práticas são redesenhadas (Kucharski; Cortelazzo, 2024).

A co-ocorrência entre TD: Uso de tecnologias digitais e Inovação destaca que o uso de tecnologias digitais está associado à inovação nos CCE. As tecnologias digitais são ferramentas importantes para introduzir novas práticas e metodologias inovadoras nos conselhos, promovendo uma abordagem mais moderna e eficaz na gestão e tomada de decisões. Isso pode incluir o uso de analíticas de aprendizagem para identificar áreas de melhoria, gamificação para aumentar o engajamento e a motivação, e plataformas de comunicação integradas que facilitam a colaboração entre professores, alunos e pais.

Em termos de implicações práticas, recomenda-se: (i) protocolo de CCE digital (pré/durante/pós) com pauta orientada por dados; (ii) participação discente mediada por instrumentos síncronos/assíncronos; (iii) registro padronizado de encaminhamentos e devolutivas; (iv) formação contínua para leitura crítica de dados; e (v) observância à LGPD nos processos informacionais (CIEB, 2021; CIEB, 2022; Brasil, 2018a).

### **Considerações finais**

Como última etapa da pesquisa, foi realizada uma síntese e descrição dos resultados obtidos, tendo presente que tais considerações refletem a interpretação dos dados sob a ótica dos pesquisadores.

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que a utilização de tecnologias digitais nos CCE oferece oportunidades significativas para a superação de desafios relacionados à participação estudantil e à inovação. A adoção dessas tecnologias facilita a inclusão dos alunos, promove a participação coletiva e introduz práticas inovadoras que podem melhorar a eficiência e a eficácia dos conselhos, permitindo uma gestão escolar mais democrática, participativa e adaptada às necessidades contemporâneas.

Os dados analisados mostram que a participação ativa dos alunos nos CCE ainda enfrenta barreiras significativas. No entanto, as tecnologias digitais podem mitigar esses desafios ao oferecer plataformas que facilitam a comunicação e a interação, permitindo que os alunos participem de forma remota e assíncrona. Essa inclusão é fundamental para uma gestão mais democrática e para assegurar que as vozes dos estudantes sejam ouvidas e consideradas nas decisões escolares.

A participação coletiva é outro aspecto essencial para a eficácia dos CCE. As tecnologias digitais promovem um ambiente colaborativo, onde todos os membros do conselho podem interagir e contribuir de forma mais dinâmica e eficiente. Algumas plataformas de gestão colaborativa são exemplos de como a tecnologia pode enriquecer a participação e a colaboração entre professores, alunos e pais, tornando os conselhos mais produtivos e integrados.

A análise também destacou a falta de inovação nos CCE, que está associada à percepção de que os conselhos não estão atingindo seus objetivos. A introdução de tecnologias digitais pode fornecer as ferramentas necessárias para transformar os métodos e práticas dos conselhos, automatizando processos burocráticos e permitindo um foco maior na resolução de problemas educacionais e na melhoria do aprendizado dos alunos. Além disso, foi observada uma escassez de produções acadêmicas sobre o uso de tecnologias digitais nos CCE durante o período investigado, indicando a necessidade de mais pesquisas nesse campo.

Em conclusão, a integração das tecnologias digitais nos CCE não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para modernizar e democratizar a gestão escolar. Este estudo enriquece o *corpus* de conhecimento existente, destacando como a inovação tecnológica pode transformar a prática educacional e promover uma integração mais qualitativa e eficiente da tecnologia no ambiente escolar, beneficiando todos os envolvidos no processo educativo.

## Referências

ALMEIDA, Nanci Aparecida de (Coord.); YAMADA, Bárbara Alessandra Gonçalves Pinheiro; MANFREDINI, Benedito Fulvio; ALCICI, Sonia Aparecida Romeu.

**Tecnologia na Escola: Abordagem Pedagógica e Abordagem Técnica.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2014. E-book. ISBN 9788522116454. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116454/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. **ATLAS.ti:** software de análise qualitativa de dados, versão 24. [S.l.]: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCEivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/CCEivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018a. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2025.

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira. **Marco conceitual: Escola Conectada**. São Paulo: CIEB, 2021. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2021/07/Marco-Conceitual-Escola-Conectada.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira. **Relatório Guia Edutec: diagnóstico do nível de adoção de tecnologia nas escolas públicas brasileiras**. São Paulo: CIEB, 2022. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2022/12/2022-12-12-Relatorio-Guia-Edutec.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

CRUZ, Fabielle Rocha; FERREIRA, Jacques de Lima. Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 30, e11512, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.11512>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DIAS, Lucas Billo. **Guia teórico e prático para execução do conselho de classe na educação profissional e tecnológica**. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Jaguarí, 2020.

FAVA, Rui. **Educação para o Século XXI: a era do indivíduo digital**. São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 978-85-472-0494-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0494-5/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GIONGO, Gabriela; NEUENFELDT, Derli Juliano. Percepções de alunos do ensino médio sobre o uso de tecnologias digitais nas aulas de educação física. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v26i1.7921>. Acesso em: 26 jun. 2024.

JESUS, Rita Lee Lopes Vieira de. **O conselho de classe nas escolas públicas: vozes discursivas dissonantes**. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

KAMAKAWA, Hélio Toshio. **Desenvolvimento de uma plataforma computacional para o planejamento do conselho de classe de uma instituição de ensino**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Tecnologia) — Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC), em parceria com a Faculdade Cidade Verde (FCV), Curitiba, 2018. Disponível em: [https://mestrado.lactec.com.br/wp-content/uploads/2019/02/260\\_PT.pdf](https://mestrado.lactec.com.br/wp-content/uploads/2019/02/260_PT.pdf). Acesso em: 6 out. 2025.



KUCHARSKI, Marcus Vinicius Santos; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Formação SAMR mentoreada para adoção e uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na escola: identificando o maior desafio. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 34, n. 67, e09, 2024. DOI: 10.18675/1981-8106.v34.n.67.s17378. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17378>. Acesso em: 12 out. 2025.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NADAL, Beatriz Gomes. Cultura escolar e conselho de classe: gestão democrática do trabalho pedagógico?. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 199-225, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3287>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NONATO, Assis de Miranda; SÁ, Ivo Ribeiro de. Conselho de classe e avaliação da aprendizagem: instrumentos de gestão democrática na escola pública. **Revista Unesp**, v. 48, n. 2, p. 48-64, jun. 2018. Disponível em: [https://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT1/GT1\\_Comunicacao/NonatoAssisdeMiranda\\_GT1\\_integral.pdf](https://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/NonatoAssisdeMiranda_GT1_integral.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, Márcia de. O Papel do Conselho de Classe na Escola Pública Atual. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2008. Curitiba: SEED/PR, 2008. v. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&ext=pdf&k=&noattach=true&ref=24614&utm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, Priscilla Ramos Lara; PIEDADE, João Manuel Nunes. Revisão sistemática de estudos sobre TPACK na formação de professores no Brasil e em Portugal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 59, p. 1–26, jan./mar. 2021. DOI: 10.21680/1981-1802.2021v59n59ID24458. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v59n59/1981-1802-eq-59-59-e24458.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 12 out. 2025.

SENA NETO, Bernardino Galdino de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; SANTOS, Luiz Antônio da Silva dos. Conselhos de classe na educação profissional: ambiente de formação de professores a partir de problematizações sobre ensino e aprendizagem. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 8, n. 25, p. 53–63, jan. 2022. DOI: 10.21920/recei720228255363. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21920/recei720228255363>. Acesso em: 4 out. 2025.

UNESCO. **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. Paris: UNESCO, 2024. ISBN 978-92-3-700028-1.

Submetido em: 29-06-2024

Aprovado em: 12-08-2025